

Ensaio

Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala

Parenting program: From scientific evidence to implementation at scale

Elisa Rachel Pisani Altafim^{1*} , Maria Beatriz Martins Linhares¹ 

¹Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

COMO CITAR: Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2022). Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), e111122. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211011>

Resumo

O fortalecimento da parentalidade positiva, por meio dos programas de parentalidade, tem sido uma estratégia efetiva de prevenção da violência contra crianças. O Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros é um programa da *American Psychological Association* baseado em evidências científicas e que possui validação para o Brasil. O presente artigo é um ensaio com objetivo de apresentar uma síntese das evidências científicas sobre os efeitos do Programa ACT na prevenção de violência contra crianças, em amostras brasileiras e internacionais. Adicionalmente, é apresentado um modelo de implementação do Programa ACT em larga escala com sustentabilidade no sistema público. Verifica-se que, na trajetória de pesquisas com o Programa ACT no Brasil, houve um avanço quanto ao nível de evidência científica e um esforço recente de implementação do Programa ACT vinculado a políticas públicas.

Palavras-chave: Programa de parentalidade. Prevenção de violência. Avaliação de programa. Primeira infância.

Abstract

Strengthening positive parenting through parenting programs has been an effective strategy for preventing violence against children. The ACT Raising Safe Kids Program is an evidence-based program of the American Psychological Association that has been validated for Brazil. This article is an essay with the objective of presenting a synthesis of the scientific evidence on the effects of the ACT Program in the prevention of violence against children in Brazilian and international samples. Additionally, a model for implementing the ACT Program on a large scale with sustainability in the public system is presented. In the ACT program trajectory of research in Brazil, there was an advance in scientific evidence level and a recent effort to implement the ACT program linked to public policies.

Keywords: Parenting program. Violence prevention. Program evaluation. Early childhood.

Introdução

A violência contra crianças consiste em um problema mundial que precisa ser enfrentado urgentemente, de forma consistente. No Brasil, no primeiro semestre de 2021, a violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, sendo que 81% desse total ocorreu no ambiente familiar da vítima, violência praticada pela mãe de forma predominante e seguida pelo pai, padrasto ou madrasta e outros familiares do convívio da criança (Brasil, 2021). Destaca-se que, no contexto da pandemia do COVID-19, com o isolamento e distanciamento social, fechamento das escolas e de muitos serviços de saúde, houve um agravamento da violência no ambiente familiar, tornando as crianças mais vulneráveis e desprotegidas (UNICEF, 2020). Um estudo realizado durante a pandemia com cuidadores de crianças de até três anos, das cinco regiões do Brasil, demonstrou que 67% dos pais relataram utilizar algum tipo de prática parental

Elisa Rachel Pisani Altafim, branca, Professora Doutora e orientadora no Programa de Pós-graduação em Saúde Mental da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Membro do Instituto para a Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo.

Maria Beatriz Martins Linhares, branca, Professora Associada, Sênior do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Membro do Instituto para a Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Março 02, 2022

Aceito: Junho 07, 2022

***Autor correspondente:**

Elisa Rachel Pisani Altafim

E-mail: altafim.elisa@gmail.com

Instituição Parceira: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



negativa com a criança, tais como: gritar, dar um chacoalhão ou umas palmadas, pegar com força pelo braço ou a chamar de burra ou chata (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021).

A violência contra as crianças, no âmbito familiar, é um grave fator de risco com consequências adversas ao desenvolvimento e comportamento das crianças (Smith et al., 2014). Em contrapartida, o fortalecimento da parentalidade positiva tem sido uma estratégia poderosa de prevenção da violência contra crianças. A parentalidade inclui crenças, percepções, expectativas, atitudes, conhecimentos, ideias, valores sobre desenvolvimento infantil e de como cuidar e educar crianças, assim como comportamentos e práticas parentais que ajudam as crianças no seu processo de crescimento e desenvolvimento (Barroso & Machado, 2015; Bornstein, 2012). A parentalidade envolve o processo de mediação social para aprendizagem, regulação de emoções, desenvolvimento moral, construção das relações sociais, entre outros aspectos organizadores significativos que ajudam a criança a estabelecer a relação com o mundo a sua volta (Bornstein, 2012; Linhares, 2015).

Na parentalidade positiva, os cuidadores estimulam o desenvolvimento das crianças para o engajamento no mundo, por meio do afeto, ensino e demonstração de modelos, oferecendo oportunidades de aprendizagem para a criança no microsistema familiar. A parentalidade negativa, por sua vez, é identificada em práticas disciplinares coercitivas, punitivas e violentas (Cuartas et al., 2021; Smith et al., 2014). As práticas parentais envolvendo negligência e maus-tratos na infância têm um impacto negativo a curto, médio e longo prazo na saúde mental e nas práticas parentais futuras, caracterizando um ciclo intergeracional da violência (Lotto et al., 2021; Plant et al., 2018).

O aspecto positivo é que as práticas parentais podem ser modificáveis por meio de programas de parentalidade. Estudos de revisões da literatura identificaram três programas de parentalidade *evidence-based* aplicados em grupo, a saber: *Incredible Years*, *Triple P - Positive Parenting Program* e *ACT- Raising Safe Kids* (Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2021; Hernández et al., 2021). Entre esses, o programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros, da *American Psychological Association*, se destaca por focalizar, além de conteúdos sobre práticas parentais positivas, tópicos específicos sobre prevenção de violência e monitoramento de mídia eletrônica (Silva, 2011). A Organização Mundial da Saúde recomenda a utilização do Programa ACT como uma estratégia de prevenção universal de violência e maus-tratos contra as crianças (WHO, 2018). O programa possui versões em diferentes línguas, incluindo as versões em inglês, espanhol e em português, com adaptação cultural para o Brasil. A versão brasileira foi previamente testada em relação à validade, viabilidade e eficácia. O ACT tem sido implementado em diferentes países com pequenas adaptações e demonstrou ser uma estratégia acessível, flexível e culturalmente respeitosa (Howe et al., 2017). Os resultados das pesquisas com o ACT demonstram efeitos positivos na parentalidade e no comportamento das crianças (Pontes et al., 2019). Além disso, trata-se de um programa que possui baixo custo de implementação (Knox & Dynes, 2020).

O Programa ACT consta de oito encontros em grupo, com famílias de crianças de até 8 anos de idade, realizados por facilitadores treinados. Os encontros ocorrem uma vez por semana com duração de 2 horas e abordam os seguintes conteúdos: a) compreensão do comportamento e desenvolvimento infantil; b) violência na vida das crianças; c) manejo da raiva no adulto; d) como ajudar a criança na regulação emocional incluindo o controle da raiva; e) a influência da mídia eletrônica; f) estilos parentais; g) disciplina positiva; h) e a função dos pais em promover ambientes seguros para as crianças (Silva, 2011).

Na trajetória de pesquisas com o Programa ACT no Brasil, houve um avanço quanto ao nível de evidências científicas, partindo de estudos com desenho com único grupo e avaliações nas fases de pré- e pós-intervenção para estudos sobre a validade cultural (Pedro et al., 2017), viabilidade (Belloti et al., 2019) e para um estudo randomizado e controlado com *follow-up* para avaliação da eficácia e avaliação dos ganhos, ao longo do tempo (Altafim & Linhares, 2019).

É importante destacar que o desenvolvimento de intervenções eficazes é apenas o primeiro passo para melhorar a saúde e o bem-estar da população, necessitando haver avanços na implementação de programas efetivos no “mundo real”, para: a manutenção a longo prazo,



a adequada disseminação na comunidade, a adoção do programa por parte de organizações locais e a implementação com sustentabilidade a longo prazo (Durlak & DuPre, 2008).

O presente artigo é um ensaio com objetivo de apresentar uma síntese das evidências científicas sobre os efeitos do Programa ACT - Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na prevenção de violência contra crianças, em amostras brasileiras e internacionais. Adicionalmente, é apresentado um modelo de implementação do Programa ACT em larga escala com sustentabilidade no sistema público.

Método

A síntese dos principais achados, com o Programa ACT, foi baseada em um levantamento dos estudos empíricos desenvolvidos no contexto internacional ou brasileiro. Para a avaliação dos efeitos do Programa ACT no Brasil, foram considerados todos os estudos publicados em periódicos científicos com revisão de pares, independentemente do delineamento do estudo (por exemplo: randomizado controlado, grupo único com avaliação pré- e pós-intervenção). Adicionalmente, foram incluídos estudos qualitativos nacionais. Para avaliação da eficácia do Programa ACT, foram considerados exclusivamente os estudos randomizados controlados internacionais e brasileiros também publicados em periódicos científicos com revisão de pares. Em relação à implementação em larga escala, foram sintetizadas duas iniciativas de avaliação do Programa ACT implementadas no sistema público.

Principais achados

Avaliação dos efeitos do programa ACT no Brasil

Diferentes estudos avaliaram os efeitos do Programa ACT, realizado em grupos de cuidadores no Brasil. As pesquisas demonstraram a aplicabilidade do Programa ACT em diferentes contextos, tais como escolas e núcleos de saúde da família (Altafim & Linhares, 2020a).

Nos estudos quantitativos, foram utilizadas medidas de autorrelato para avaliar as práticas parentais e os comportamentos das crianças (Altafim et al., 2016, 2021a, 2021b; Pedro et al., 2017). Um dos estudos sobre o Programa ACT foi realizado com 72 mães de crianças de 3 a 8 anos, em contextos públicos da Saúde e Educação, por meio de avaliações pré- e pós-intervenção. Os resultados demonstraram uma melhora dos estilos e comportamentos parentais, na prática de controle e monitoramento da mídia eletrônica e na redução dos problemas de comportamento das crianças (Altafim et al., 2016). Outra análise demonstrou que os resultados dos efeitos do programa não diferiram em relação à idade das crianças (de 3 a 5 anos e de 6 a 8 anos), ou seja, independente da idade da criança, o programa teve efeito para melhorar as práticas parentais e reduzir os problemas de comportamento. Análises de comparação entre os participantes analisados e os que saíram do estudo, por motivos de desistência ou de não completarem o número mínimo de sessões, demonstraram que não houve diferença entre os grupos nas principais variáveis sociodemográficas (idade e sexo das crianças e idade das mães, anos de estudo e número de filhos), e as medidas pré-intervenção de práticas parentais e o comportamento infantil. Esse cuidado metodológico de avaliação sugere que não houve padrão identificável de viés nos resultados (Altafim et al., 2016).

Outro estudo avaliou os efeitos do Programa ACT em 64 mães de crianças matriculadas em escolas públicas e particulares do município de Ribeirão Preto e diferenciadas pelo nível socioeconômico médio e baixo, de acordo com a avaliação da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (Pedro et al., 2017). Os resultados demonstraram que, independentemente do nível socioeconômico, as mães apresentaram melhoras nas suas práticas parentais e relataram diminuição dos problemas de comportamento das crianças, após participarem do Programa ACT.

A viabilidade do Programa ACT com mães de crianças nascidas prematuras foi foco de um estudo realizado com 30 mães de crianças de um a sete anos de idade (Belotti et al., 2019). Os resultados mostraram que, após a intervenção, houve melhora significativa nas dimensões das



práticas parentais de comunicação, regulação emocional/comportamental, monitoramento de mídia eletrônica, encorajamento positivo e consistência e ajuste parental. Também houve uma diminuição das práticas coercitivas e dos problemas de comportamento das crianças, na avaliação pós-intervenção em comparação com a pré-intervenção. Em relação aos comportamentos pró-sociais das crianças, as participantes também relataram uma melhora após participarem do Programa ACT. Em conclusão, o ACT mostrou a viabilidade para melhorar as práticas parentais positivas, permitindo que as mães atuem como correlogadoras do comportamento de crianças nascidas prematuras.

Um estudo com delineamento misto verificou os efeitos do Programa ACT em mães que vivenciaram violência na infância e mães que não vivenciaram (Altafim et al., 2021a). A amostra do estudo foi composta por 125 mães de crianças de 3 a 8 anos de idade. Para avaliar o histórico de violência na infância materna, foi realizada uma entrevista ao final da participação das mães no Programa ACT. Com base nos relatos das mães nessas entrevistas, foram identificadas as mães que tinham histórico de violência na infância (n=103) e aquelas que não tinham esse histórico (n=24), portanto, formando dois grupos distintos. Os resultados mostraram uma alta prevalência (81%) de mães que relataram episódios violentos na infância, predominantemente o abuso físico. Na avaliação da fase de pós-intervenção ACT, ambos os grupos de mães relataram melhoras em todas as dimensões de suas práticas parentais (regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva). Em conclusão, as mães melhoraram suas práticas parentais, após a participação em um programa de prevenção universal, independentemente do seu histórico de violência na infância.

A Teoria da Mudança foi avaliada em um estudo do Programa ACT com 143 mães por meio da análise de equação estrutural. Os resultados demonstraram que a melhora na regulação emocional e comportamental materna atuou como mediadora da diminuição dos problemas de comportamento, após a participação no Programa ACT. Além disso, verificou-se a eficácia do Programa ACT em mães de crianças com e sem problemas de comportamento, para melhorar as práticas parentais e reduzir os problemas de comportamento (Altafim et al., 2021b). Os efeitos do programa foram mais fortes para mães de crianças identificadas com problemas de comportamento na avaliação pré-intervenção.

Um estudo realizado, em Porto Alegre, na região Sul do Brasil, com 47 mães e cinco pais demonstrou os efeitos do Programa ACT, na melhora das práticas parentais (regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva), das crenças de punição física, e dos níveis de raiva, tais como o temperamento raivoso, reação raivosa, expressão e controle de raiva (Lawrenz et al., 2021). Além disso, foi identificado que, em comparação ao momento pré-intervenção, na pós-intervenção os participantes relataram menores níveis de depressão e estresse (Lawrenz et al., 2021). Ressalta-se que esse estudo incluiu avaliações sobre crenças de punição física, níveis de raiva e de saúde mental materna que são variáveis que ainda não haviam sido exploradas em estudos prévios.

A aceitabilidade do Programa ACT também foi avaliada e verificou-se que todas as participantes relataram que o programa oferece muitas opções de como ser uma boa mãe, que elas serão melhores mães com o que aprenderam e que vão recomendar o programa a outras pessoas (Altafim & Linhares, 2020b). Além disso, as estratégias do programa, selecionadas pelas participantes como as mais importantes para a aprendizagem dos conteúdos, foram as explicações dos facilitadores, as discussões em grupo e as atividades práticas (Altafim & Linhares, 2020b).

Pesquisas qualitativas também foram realizadas com o Programa ACT no Brasil. A análise qualitativa lida com informações que fornecem descrições detalhadas para promover entendimentos profundos, por exemplo, sobre como uma intervenção funciona e como os participantes a vivenciam (National Center for Parent, Family and Community Engagement, 2015). Uma pesquisa qualitativa analisou os relatos maternos de 133 mães participantes do Programa ACT, nas tarefas de casa, e verificou que, da primeira para a sétima sessão, houve uma evolução nos aprendizados dos conteúdos do programa, relativos às práticas educativas maternas positivas (Leithold, 2020; Leithold et al., 2019). Diante de comportamentos desafiadores das crianças (ex.: birras e desobedecer a regras), as mães relataram utilizar



práticas educativas positivas, tais como conversar com as crianças e aplicar estratégias de disciplina positiva ensinadas pelo programa (Leithold, 2020; Leithold et al., 2019). Outra pesquisa qualitativa realizada com 106 mães que participaram do Programa ACT identificou, por meio de uma das atividades do programa, os desejos e sonhos das mães para o futuro dos seus filhos (Sartori et al., 2017). Os resultados mostraram que a maioria das mães relatou seus sonhos e desejos para os filhos, nas seguintes categorias: Qualidades do Desenvolvimento Pessoal (81%), Profissional (64%), Valores Humanos (64%) e Felicidade (56%).

Outro estudo qualitativo com a participação de 32 participantes do Programa ACT (27 mulheres e cinco homens), na cidade de Florianópolis, avaliou os relatos escritos dos participantes sobre o que aprenderam em cada encontro do Programa ACT (Oliveira et al., 2021). Os resultados foram agrupados em categorias temáticas e demonstraram que os participantes relataram aprendizagens sobre desenvolvimento da criança, práticas e estilos parentais, envolvimento parental, reconhecimento e manejo das emoções e monitoramento das mídias eletrônicas, na primeira infância (Oliveira et al., 2021).

Avaliação da eficácia do Programa ACT: Estudos randomizados controlados internacionais e brasileiros

A literatura tem ressaltado a importância da realização de estudos randomizados controlados (RCT), na avaliação dos programas de parentalidade para aumentar o nível de evidência científica desses programas, principalmente em países de baixa e média renda (Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2021). Evidências obtidas em estudos RCTs fornecem informações críticas para profissionais e políticos tomarem decisões com base em evidências científicas (Grissmer, 2016). No entanto, essas avaliações possuem um alto custo, o que muitas vezes dificulta a sua realização em países em desenvolvimento, devido ao financiamento insuficiente para pesquisa e desenvolvimento (Mejia et al., 2017).

Três ensaios clínicos randomizados foram realizados para avaliar a eficácia do Programa ACT para melhorar as práticas parentais (Pontes et al., 2019), sendo dois realizados nos Estados Unidos (Knox et al., 2013; Portwood et al., 2011) e um no Brasil (Altafim & Linhares, 2019). O estudo brasileiro foi o primeiro randomizado controlado a ser realizado em um país diferente da origem do programa e o primeiro a avaliar o comportamento da criança. Os resultados demonstraram a eficácia do programa na redução dos problemas de comportamento das crianças, de acordo com a percepção das mães e de um outro cuidador principal que não participou da intervenção (Altafim & Linhares, 2019). Os três estudos avaliaram as práticas parentais e demonstraram que, após a participação no programa, houve uma melhora das práticas parentais positivas e redução das negativas, tais como a redução da punição física e da violência psicológica e de melhorias nos comportamentos parentais (Knox et al., 2013; Portwood et al., 2011), regulação emocional e comportamental, disciplina positiva e comunicação (Altafim & Linhares, 2019). Esses resultados positivos foram mantidos na avaliação de acompanhamento de *follow-up*, de três a quatro meses (Altafim & Linhares, 2019; Portwood et al., 2011).

O estudo brasileiro utilizou a escala ACT para avaliar as práticas parentais por meio da estrutura de agrupamento em três fatores (regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva que foi validada psicometricamente) (Altafim et al., 2018). A utilização dessa forma de agrupamento dos itens possibilitou uma compreensão mais abrangente e específica dos efeitos do programa, pois os fatores estão relacionados aos conteúdos abordados do programa. A literatura tem ressaltado a relevância do uso de instrumentos com boas qualidades psicométricas e histórico de uso em estudos semelhantes (Altafim & Linhares, 2016).

O estudo brasileiro utilizou um delineamento de ensaio clínico randomizado de lista de espera (*waiting-list design*) (Altafim & Linhares, 2019). Uma recente revisão da literatura, sobre programas de parentalidade de prevenção universal de violência, demonstrou que a maioria dos estudos com delineamentos randomizados controlados utilizou o *design* de lista de espera (Branco et al., 2021). Dessa forma, verifica-se que essa é uma estratégia metodológica recomendada para estudos de programas de parentalidade em grupo. No delineamento de lista de espera, os participantes são randomizados em dois grupos, e



todos os participantes recebem a intervenção, sendo randomizados quanto à ordem da intervenção recebida, sendo que um grupo recebe a intervenção (grupo de intervenção) e o grupo controle aguarda (grupo controle de lista de espera) e realiza a intervenção após o grupo de intervenção. Esse delineamento possibilita uma comparação randomizada entre os grupos de intervenção e controle de lista de espera (Hulley et al., 2013). Recomenda-se a utilização desse delineamento, quando o estudo não pode ser cego e quando comunidades, escolas, governos ou entidades semelhantes decidem que todos os membros do grupo devem receber a intervenção, apesar de evidências limitadas de sua eficácia. Nesse contexto, realizar a randomização dos participantes, para o grupo controle que não recebe a intervenção, pode não ser considerada ética, enquanto a randomização para uma intervenção tardia pode ser aceitável (Hulley et al., 2013). No caso do Programa ACT, esse delineamento foi considerado o mais adequado, pois pesquisas anteriores demonstraram sua eficácia em outros países e existia um interesse das organizações em realizar a intervenção.

Ressalta-se que, na avaliação do comportamento da criança, o estudo de Altafim & Linhares (2019) utilizou dois informantes, a mãe participante do Programa ACT e um segundo cuidador principal da criança que foi, na sua maioria, o pai da criança. A utilização e a interpretação de avaliações de múltiplos informantes são componentes-chave das melhores práticas de avaliação baseada em evidências (De Los Reyes et al., 2013; Dirks et al., 2012). Após a participação em um programa de parentalidade, as mães podem ter mais conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, e isso pode influenciar sua percepção sobre o comportamento da criança. Portanto, o uso de múltiplos informantes é um recurso importante para reduzir esse viés e garantir maior precisão sobre as mudanças, nos problemas de comportamento das crianças (Altafim et al., 2016).

Outro estudo randomizado controlado encontra-se em andamento no Sul do Brasil com 369 famílias em uma coorte de nascimento alocada aleatoriamente em um dos três grupos, a saber: i) grupo de intervenção com o Programa ACT; ii) grupo de intervenção com o Programa Conte Comigo; iii) e Grupo Controle (Murray et al., 2019). Diferente do outro estudo randomizado controlado em que os facilitadores eram pesquisadores (Altafim & Linhares, 2019), nesse estudo de Pelotas os facilitadores do Programa ACT eram profissionais vinculados à prefeitura, principalmente da área da educação. De acordo com o protocolo do estudo, medidas de autorrelato e observacionais estão sendo utilizadas nos momentos pré- e pós-intervenção e *follow-up* de seis meses, para avaliar as variáveis de parentalidade e desenvolvimento da criança (Murray et al., 2019).

Como avaliar os indicadores da implementação do Programa ACT em larga escala?

Na implementação de um programa em larga escala, além da evidência científica, é necessário assegurar a prontidão institucional para a sua implementação, incluindo os seguintes fatores: reconhecimento do problema-alvo do programa pelos gestores públicos e formuladores de políticas; legislações, planos e políticas que favoreçam a implementação do programa; colaboração intersetorial para auxiliar na implementação; recursos institucionais e eficiência; avaliação da implementação no contexto real (Ward et al., 2016).

A implementação é definida como um conjunto de atividades desenhadas para a prática de um programa que deve ser descrito em detalhes, para que um observador independente possa detectar o conteúdo e as estratégias do mesmo (Fixsen et al., 2005). Nesse sentido, os autores mencionaram que, ao analisar programas, devem ser observados o nível da intervenção (*intervention-level*) e o da implementação (*implementation-level*), assim como os *outcomes* da intervenção e os da implementação. Portanto, não basta avaliar a efetividade de um programa, é preciso avançar e analisar “*como os programas funcionam na prática*”, para melhorar a intervenção, a implementação e os resultados. Além disso, a implementação deve apresentar sustentabilidade que é fundamental para compreensão dos efeitos dos programas, a longo prazo (Bowman et al., 2008). Outro aspecto a ser considerado na implementação de programas é a fidelidade à proposta original que requer a avaliação da atuação dos facilitadores quanto à *aderência* ao programa e à *competência* dos facilitadores (Martin et al., 2021). Esses aspectos podem ser avaliados por meio da observação do comportamento por videogravação (Martin et al., 2021).



Considerando a implementação de programas em serviços públicos, Aarons et al. (2011) destacam os seguintes aspectos: (a) explorar o contexto interno organizacional e individual e contexto externo sociopolítico e de financiamentos; tomar decisões e preparar a implementação; (b) implementar ativamente; (g) garantir sustentabilidade da implementação, em que o monitoramento da fidelidade é essencial. A literatura tem destacado que a qualidade da implementação impacta diretamente nos resultados ou efeitos dos programas de intervenção (Durlak & DuPre, 2008). Porém, na implementação, o foco é no processo de mudança (*change-oriented implementation process*) mais do que propriamente nos resultados da intervenção.

De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde sobre programas de parentalidade de prevenção de violência contra crianças (Wessels et al., 2014), os seguintes componentes do programa aumentam a chance de um programa ser eficaz: (a) ter uma teoria do programa sólida que inclua pressupostos e expectativas sobre como deve ser planejado e implementado para atingir os seus objetivos, com base em evidências empíricas; (b) objetivo e população claramente definidos; (c) identificar o momento, a fase em que os participantes são mais receptivos para a mudança; (d) o que é aceitável para os participantes; (e) sessões em número suficiente (dosagem); (f) equipe bem capacitada e bem supervisionada; (g) monitoramento e avaliação, um programa para ter chance de ser eficaz deve incorporar procedimentos de monitoramento e avaliação, ao longo da sua duração.

Um protocolo de avaliação da implementação de programas deve ser rigoroso, incluindo a avaliação da estrutura, processo e mecanismos causais (Hickey et al., 2016). Um estudo de avaliação de um protocolo, para compreender e avaliar a implementação e a efetividade de programas de parentalidade em grupo, destacou os seguintes aspectos: (a) recrutamento; (b) manutenção; (c) recursos; (d) implementação; (e) adesão e dosagem; (f) barreiras; (g) respostas à intervenção; (h) usabilidade do programa; (i) uso continuado após o término da intervenção; (j) articulação para os pais aderirem a outros programas e serviços; (k) avaliação do impacto (Hickey et al., 2016). Embora a literatura reconheça a relevância da avaliação da implementação dos programas, poucos estudos descrevem claramente informações sobre o processo de implementação dos programas, conforme foi demonstrado no estudo de revisão de Moon et al. (2020). A avaliação e o monitoramento da implementação de um programa em larga escala são fundamentais em todas as suas etapas.

Nesse sentido, verifica-se que, no Brasil, existem duas iniciativas de avaliação do Programa ACT implementadas em larga escala no sistema público. Primeiramente, no contexto do município de Pelotas, foi realizado um projeto de pesquisa junto ao governo municipal, em que os facilitadores do Programa ACT eram profissionais vinculados à prefeitura, principalmente da área da Educação (Murray et al., 2019). O Programa ACT apresentou boa aceitabilidade e satisfação por parte dos facilitadores, porém também foram identificadas barreiras, tais como falta de recursos humanos e materiais na implementação (Soares, 2019). Após o término do projeto, o Programa ACT foi incorporado como política pública junto à Secretaria da Educação de Pelotas (Prefeitura de Pelotas, 2019).

Recentemente, em 2020, foi implementado o Projeto “Programa de intervenção baseado em evidência científica com enfoque na Parentalidade Positiva e Prevenção de violência contra crianças: Formação, Nucleação e Pesquisa” no Estado do Ceará no período 2020 – 2022 (Altafim & Linhares, 2020c). O projeto integra uma Coalizão no Estado do Ceará entre o governo do Estado, as prefeituras e três fundações financiadoras (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Bernard van Leer e Porticus) para a realização de diferentes iniciativas, na área da primeira infância. Esse projeto inovador apresenta um modelo de implementação em larga escala do Programa ACT - Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na área de Proteção Social de 24 municípios do Estado do Ceará. Nesse projeto, existem quatro grandes módulos, a saber: (a) Formação dos facilitadores; (b) Nucleação; (c) Implementação; (d) Pesquisa.

Na Formação, os profissionais vinculados às prefeituras de 24 municípios, sendo a maioria da área da Proteção Social, receberam o treinamento-padrão do programa ACT, recomendado pela *American Psychological Association* e ministrado por *Master Trainers*. Esse foi realizado de forma remota com duração de 16 horas, distribuídas em quatro encontros (para maiores



detalhes vide Altafim & Linhares, 2021). O modo-padrão foi complementado com um esquema de supervisão e monitoramento dos profissionais treinados. Além disso, avaliações encontram-se em andamento, incluindo conhecimentos pré- e pós-treino, satisfação dos participantes e fidelidade no uso do programa, por meio de análise de vídeos com avaliações do desempenho dos facilitadores, na condução dos grupos com os cuidadores. Foram formados, no total, 190 facilitadores. O projeto também incluiu um curso preparatório de sensibilização sobre primeira infância, parentalidade e prevenção de violência contra crianças, oferecido à equipe do governo do Estado e à equipe local de coordenação do Programa ACT de cada município.

Na Nucleação, foi formada uma equipe local em cada município, incluindo um grupo de facilitadores, um coordenador para cuidar da parte logística da implementação com as famílias e articulação com a Secretaria de Proteção Social e um supervisor, com formação em psicologia, para oferecer o apoio técnico aos facilitadores, na parte prática com as famílias. Da mesma forma, essa parte da nucleação é monitorada e avaliada.

Na Implementação, que se encontra em andamento, espera-se que cada facilitador realize grupos com o Programa ACT para atender, no mínimo, a 20 famílias, incluindo as famílias beneficiárias do programa estadual de transferência de renda “Cartão Mais Infância Ceará”. A pesquisa prevê uma avaliação de todo o processo desde a formação, nucleação e implementação com as famílias, com avaliação quantitativa e qualitativa de todas as fases. Especificamente, será realizado um estudo randomizado controlado com lista de espera para avaliar o impacto do ACT nas práticas parentais e comportamentos das crianças, nesse contexto de larga escala.

Ao final do projeto, os facilitadores treinados e certificados poderão incorporar o Programa ACT na sua prática profissional, com a realização de grupos com as famílias, sem nenhum custo adicional. O Programa ACT é um dos programas com menor custo de implementação, pois possui apenas o custo relacionado ao treinamento, diferente de outros programas que possuem custos de implementação e por participantes (National Center for Parent, Family and Community Engagement, 2015). Conforme ressaltado pela literatura, os formuladores de políticas podem apoiar a implementação do programa como uma iniciativa eficaz destinada a prevenir a violência e maus-tratos contra as crianças, fortalecer os relacionamentos acolhedores nas famílias, prevenir a violência na comunidade, desenvolver a resiliência familiar e promover o desenvolvimento das crianças (Knox & Dynes, 2020). Assim, espera-se que o Programa ACT, no Ceará, seja incorporado ao sistema de proteção social com validade ecológica, sustentabilidade e atue como um modelo para outros contextos.

Considerações finais

Ao atingir o nível de evidência científica com indicadores de eficácia, um programa de intervenção precisa avançar para ser implementado no “mundo real”, demonstrar sua efetividade e, posteriormente, atingir a escalabilidade. Nesse processo de escala, deve-se focalizar a escala com sustentabilidade, o que significa implementação ampla do programa realizada por profissionais que atuam no contexto de serviços públicos, sem ter o controle dos pesquisadores na implementação. Para tanto, deve-se assegurar a qualidade da formação dos facilitadores, para que o programa seja realizado com fidelidade e possa almejar uma larga escala.

Fonte de financiamento

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus, Bernard van Leer.

Conflito de interesse

Não há.



Referências

- Aarons, Gregory A., Hurlburt, Michael, & Horwitz, Sara McCue. (2011). Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. *Administration and Policy in Mental Health*, 38(1), 4-23. PMID:21197565. <http://dx.doi.org/10.1007/s10488-010-0327-7>
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2020a). Investindo na primeira infância: um programa de intervenção universal para prevenção de violência. In Erika da Silva Ferrão, Sônia Regina Florim Enumo & Maria Beatriz Martins Linhares (Orgs.), *Infância em segurança: Interdisciplinaridade na proteção do desenvolvimento sadio infantojuvenil* (pp. 47-76). Curitiba: Editora CRV.
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2020b). Intervenção preventiva em práticas parentais utilizando o Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros. In Sônia Regina Florim Enumo & Tatiane Lebre Dias & Fabiana Pinheiro Ramos (Orgs.), *Intervenções psicológicas para promoção do desenvolvimento e saúde na infância e adolescência* (pp. 325-346). Curitiba: Appris Editora.
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2020c). *Programa de intervenção baseado em evidência científica com enfoque na Parentalidade Positiva e Prevenção de violência contra crianças: Formação, nucleação e pesquisa*. Santo André: Instituto Para Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo – IVEPESP. (Projeto de Pesquisa, não publicado).
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Intervención Psicosocial*, 25(1), 27-38. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2019). Preventive intervention for strengthening effective parenting practices: A randomized controlled trial. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 62, 160-172. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appdev.2019.03.003>
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, Oliveira, Rebeca Cristina, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2021a). Maternal history of childhood violence in the context of a parenting program. *Journal of Child and Family Studies*, 30(1), 230-242. <http://dx.doi.org/10.1007/s10826-020-01868-1>
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, McCoy, Dana Charles, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2018). Relations between parenting practices, socioeconomic status, and child behavior in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 89, 93-102. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.04.025>
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, McCoy, Dana Charles, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2021b). Unpacking the impacts of a universal parenting program on child behavior. *Child Development*, 92(2), 626-637. PMID:33416202. <http://dx.doi.org/10.1111/cdev.13491>
- Altafim, Elisa Rachel Pisani, Pedro, Maria Eduarda André, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting Program in a developing country. *Children and Youth Services Review*, 70, 315-323. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.09.038>
- Altafim, Elisa Rachel, & Linhares, Maria Beatriz. (2021). Programa de parentalidade para prevenção de violência contra crianças no contexto brasileiro: Da eficácia para a larga escala sustentável. In Cátia Magalhães, Maria João Amante, Paula Xavier & Susana Fonseca (Eds.), *Reflexões em torno da COVID-19: Famílias, crianças e jovens em risco*. (pp. 59-73). Viseu: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.
- Barroso, Ricardo G., & Machado, Carla. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In Gabriela Aratang Pluciennik, Marcia Cristina Lazzari & Marina Fragata Chicaro (Orgs.), *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco* (pp. 16-33). São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Belotti, Francine, Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2019). Feasibility study of a preventive parenting program with mothers of children born preterm. *Children and Youth Services Review*, 107, 104526. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104526>
- Bornstein, Marc H. (2012). Cultural approaches to parenting. *Parenting, Science and Practice*, 12(2-3), 212-221. PMID:22962544. <http://dx.doi.org/10.1080/15295192.2012.683359>
- Bowman, Candice C., Sobo, Elisa J., Asch, Steven M., & Gifford, Allen L. (2008). Measuring persistence of implementation: QUERI Series. *Implementation Science*, 3(1), 21. PMID:18430200. <http://dx.doi.org/10.1186/1748-5908-3-21>
- Branco, Marília Souza Silva, Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2021). Universal intervention to strengthen parenting and prevent child maltreatment: Updated systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 15248380211013131. PMID:33973499. <http://dx.doi.org/10.1177/15248380211013131>
- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2021). *81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa*. Recuperado em 20 de fevereiro de 2022, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>
- Cuarteras, Jorge, Weissman, David G., Sheridan, Margaret A., Lengua, Liliana, & McLaughlin, Katie A. (2021). Corporal punishment and elevated neural response to threat in children. *Child Development*, 92(3), 821-832. PMID:33835477. <http://dx.doi.org/10.1111/cdev.13565>
- De Los Reyes, Andres, Thomas, Sarah A., Goodman, Kimberly L., & Kundey, Shannon M. (2013). Principles underlying the use of multiple informants' reports. *Annual Review of Clinical Psychology*, 9(1), 123-149. PMID:23140332. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-050212-185617>



- Dirks, Melanie A., De Los Reyes, Andres, Briggs-Gowan, Margaret, Cella, David, & Wakschlag, Lauren S. (2012). Annual research review: Embracing not erasing contextual variability in children's behavior—theory and utility in the selection and use of methods and informants in developmental psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 53(5), 558-574. PMID:22360546. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1469-7610.2012.02537.x>
- Durlak, Joseph A., & DuPre, Emily P. (2008). Implementation matters: A review of research on the influence of implementation on program outcomes and the factors affecting implementation. *American Journal of Community Psychology*, 41(3-4), 327-350. PMID:18322790. <http://dx.doi.org/10.1007/s10464-008-9165-0>
- Fixsen, Dean L., Naoom, Sandra, Blasek, Karen, Friedman, Robert, & Wallace, Frances. (2005). *Implementation research: A synthesis of the literature*. Tampa, FL: University of South Florida, Louis de la parte Mental Health Institute, The National Institute Research Network.
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. (2021). *Primeiríssima Infância - Interações na Pandemia: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos em tempos de Covid-19*. Recuperado em 2 de março de 2022, de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/primeirissima-infancia-interacoes-pandemia-comportamentos-cuidadores-criancas-0-3-anos-covid-19/?s=inf%C3%A2ncia,intera%C3%A7%C3%B5es,pandemia>
- Grissmer, David W. (2016). *A guide to incorporating multiple methods in randomized control trials to assess intervention effects* (2nd ed.). Recuperado em 2 de março de 2022, de <https://www.apa.org/ed/schools/teaching-learning/randomized-control-guide.pdf>
- Hernández, Rubio, José, Francisco, Miravalles, Trillo, Paz, Maria, Fernández, Jiménez, & del Carmen, Maria. (2021). Características de los estudios de evaluación de programas grupales de educación parental: Una revisión de alcance. *Estudios sobre Educación* (Lima), 41, 71-105.
- Hickey, Grainne, McGilloway, Sinead, Furlong, Mairead, Leckey, Yvonne, Bywater, Tracey, & Donnelly, Michael. (2016). Understanding the implementation and effectiveness of a group-based early parenting intervention: A process evaluation protocol. *BMC Health Services Research*, 16(1), 490-504. PMID:27633777. <http://dx.doi.org/10.1186/s12913-016-1737-3>
- Howe, Tasha R., Knox, Michele, Altafim, Elisa R. Pisani, Linhares, Maria Beatriz M., Nishizawa, Nahoko, Fu, Trista Juhsin, Camargo, Ana P. Leao, Ormeno, Gabriela I. Reyes, Marques, Teresa, Barrios, Luisa, & Pereira, Ana I. (2017). International child abuse prevention: Insights from ACT Raising Safe Kids. *Child and Adolescent Mental Health*, 22(4), 194-200. PMID:32680418. <http://dx.doi.org/10.1111/camh.12238>
- Hulley, Stephen B., Cummings, Stevens R., Browner, Warren S., Grady, Deborah G., & Newman, Thomas B. (2013). *Designing clinical research*. Philadelphia, PA: Lippincott Williams & Wilkins.
- Knox, Michele, & Dynes, Morgan. (2020). The Act Raising Safe Kids Program In: Elizabeth T. Gershoff & Shawna J. Lee (Eds.), *Ending the physical punishment of children: A guide for clinicians and practitioners* (pp. 99-107). Washington, DC: American Psychological Association. <http://dx.doi.org/10.1037/0000162-011>
- Knox, Michele, Burkhart, Kimberly, & Cromly, Aaron. (2013). Supporting positive parenting in community health centers: The ACT Raising Safe Kids Program. *Journal of Community Psychology*, 41(4), 395-407. <http://dx.doi.org/10.1002/jcop.21543>
- Lawrenz, Priscila, Yousafzai, Aisha Khizar, & Habigzang, Luísa Fernanda. (2021). ACT Raising Safe Kids Program improves parenting practices, beliefs about physical punishment, management of anger, and mental health: Initial evidence from a study in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 131, 106299. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106299>
- Leithold, Elisa, Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2019). Comportamentos desafiadores de crianças e práticas parentais de mães participantes de um programa de intervenção. In *27º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP*, Ribeirão Preto, SP.
- Leithold, Elisa. (2020). *Práticas educativas maternas no contexto do Programa ACT: Para educar crianças em ambientes seguros* (Monografia). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Linhares, Maria Beatriz Martins. (2015). Família e desenvolvimento na primeira infância: processos de autorregulação, resiliência e socialização de crianças pequenas. In *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: Parentalidade em foco* (pp. 70-82). São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Lotto, Camila Regina, Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2021). Maternal history of childhood adversities and later negative parenting: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 15248380211036076. PMID:34342253. <http://dx.doi.org/10.1177/15248380211036076>
- Martin, Mackenzie, Steele, Bridget, Lachman, Jamie M., & Gardner, Frances. (2021). Measures of facilitator competent adherence used in parenting programs and their psychometric properties: A systematic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 24(4), 834-853. PMID:34021442. <http://dx.doi.org/10.1007/s10567-021-00350-8>
- Mejia, Anilena, Haslam, Divna, Sanders, Matthew R., & Penman, Nicole. (2017). Protecting children in low- and middle-income countries from abuse and neglect: Critical challenges for successful implementation of parenting programmes. *European Journal of Development Research*, 29(5), 1038-1052. <http://dx.doi.org/10.1057/s41287-017-0105-4>
- Moon, Deborah J., Damman, Jeri L., & Romero, Aly. (2020). The effects of primary care-based parenting interventions on parenting and child behavioral outcomes: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 21(4), 706-724. PMID:30064299. <http://dx.doi.org/10.1177/1524838018774424>



- Murray, Joseph, Santos, Iná S., Bertoldi, Andréa D., Murray, Lynne, Arteche, Adriane, Tovo-Rodrigues, Luciano, Cruz, Suélen, Anselmi, Luciana, Martins, Rafaela, Altafim, Elisa, Soares, Tâmara Biolo, Andriotti, Maria Gabriela, Gonzalez, Andrea, Oliveira, Isabel, Silveira, Mariângela Freitas, & Cooper, Peter. (2019). The effects of two early parenting interventions on child aggression and risk for violence in Brazil (The PIÁ Trial): Protocol for a randomised controlled trial. *Trials*, 20(1), 253. PMID:31046826. <http://dx.doi.org/10.1186/s13063-019-3356-x>
- National Center for Parent, Family and Community Engagement. (2015). *Compendium of parenting interventions*. Washington, DC: National Center on Parent, Family and Community Engagement, Office of Head Start, U.S. Department of Health & Human Services.
- Oliveira, Joyce Lúcia Abreu Pereira, Fiorini, Milena Carolina, Guisso, Luciane, Vieira, Mauro Luís, & Crepaldi, M. A. (2021). Grupo de pais: Aprendizagens de participantes do Programa ACT. *Ciencias Psicológicas* (Montevideo), 15(1), e-2392. <http://dx.doi.org/10.22235/cp.v15i1.2392>
- Pedro, Maria Eduarda André, Altafim, Elisa Rachel Pisani, & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2017). ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. *Intervención Psicosocial*, 26(2), 63-72. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.10.003>
- Plant, Dominic T., Pawlby, Susan, Pariante, Carmine M., & Jones, Fergal W. (2018). When one child meets another – maternal childhood trauma and offspring child psychopathology: A systematic review. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 23(3), 483-500. PMID:29171287. <http://dx.doi.org/10.1177/1359104517742186>
- Pontes, Luciana Barbalho, Siqueira, Aline Cardoso, & Williams, Lucia Cavalcanti Albuquerque. (2019). A systematic literature review of the ACT raising safe kids parenting program. *Journal of Child and Family Studies*, 28(12), 3231-3244. <http://dx.doi.org/10.1007/s10826-019-01521-6>
- Portwood, Sharon G., Lambert, Richard G., Abrams, Lyndon P., & Nelson, Ellissa Brooks. (2011). An evaluation of the Adults and Children Together (ACT) Against Violence Parents Raising Safe Kids program. *The Journal of Primary Prevention*, 32(3-4), 147-160. PMID:21833787. <http://dx.doi.org/10.1007/s10935-011-0249-5>
- Prefeitura de Pelotas. (2019). *ACT Pelotas política pública: relatos de experiências*. (1. ed.). Pelotas: Prefeitura de Pelotas.
- Sartori, Natália, Altafim, Elisa Rachel Pisani & Linhares, Maria Beatriz Martins. (2017). Relatos maternos sobre sonhos e futuro dos filhos de mães participantes do programa de intervenção ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros. In *25th USP International Symposium of Undergraduate Research (SIICUSP)*, Ribeirão Preto, SP.
- Silva, Júlia. (2011). Programa ACT para educar crianças em ambientes seguros, manual do facilitador e guia de avaliação. Washington, DC: American Psychological Association.
- Smith, Justin D., Dishion, Thomas J., Shaw, Daniel S., Wilson, Melvin N., Winter, Charlotte C., & Patterson, Gerald R. (2014). Coercive family process and early-onset conduct problems from age 2 to school entry. *Development and Psychopathology*, 26(4pt1), 917-932. PMID:24690305. <http://dx.doi.org/10.1017/S0954579414000169>
- Soares, Tamara Joana Biolo. (2019). Políticas públicas e prevenção da violência no desenvolvimento infantil baseada em evidências: uma análise da implementação dos programas ACT e Conte comigo na cidade de Pelotas, RS (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- United Nations Children's Fund – UNICEF. (2020). *COVID-19 report: Violence against children and adolescents in the time of COVID-19*. ECLAC; Office of the Special Representative of the Secretary-General on Violence against Children.
- Ward, Catherine, Sanders, Matthew R., Gardner, Frances, Mikton, Christopher, & Dawes, Andrew. (2016). Preventing child maltreatment in low- and middle-income countries: parent support programs have the potential to buffer the effects of poverty. *Child Abuse & Neglect*, 54, 97-107. PMID:26718262. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.002>
- Wessels, I., Mikton, C., Ward, C. L., Kilbane, T., Alves, R., Campello, G., Dubowitz, H., Hutchings, J., Jones, L., Lynch, M., & Madrid, B. (2014). *La prevención de la violencia: Evaluación de los resultados de programas de educación para padres*. Ginebra, Suiza: Organización Mundial de la Salud.
- World Health Organization – WHO. (2018). *INSPIRE Handbook: Action for implementing the seven strategies for ending violence against children*. Geneva: WHO.